

# Segurança e qualidade dão vitória ao projecto “Ilegal”

**Inovação** Vencedor da fase regional do 14º Concurso Poliempreende, como já foi noticiado anteriormente pelo jornal *O Setubalense*, o projecto de personalização de motas “Ilegal”, de António Mendes, aluno do Instituto Politécnico de Setúbal, e de João Frazão, venceu agora a final nacional do Poliempreende, que decorreu de 11 a 15 de Setembro, no Instituto Politécnico de Bragança, coordenador nacional desta edição do concurso.

POR INÉS ANTUNES MALTA

“A grande diferença da nossa marca é o facto de garantirmos a qualidade e a segurança dos nossos serviços. Todo o processo da Ilegal passa por empresas certificadas, como o IPS, com quem trabalhamos, o Instituto de Soldadura e Qualidade, que faz a verificação dos nossos produtos e também o Laboratório de Tecnologia Automóvel, que certificam os nossos veículos”, refere António Mendes.

O estudante do curso de Engenharia Mecânica na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, que, com João Frazão, elemento externo, pretende trazer para o nosso país quadros certificados e reconhecidos que permitam a construção e customização de motocicletas de forma legal, marcando a diferença no mercado em Portugal. “Não deixamos de ser criativos mas nunca descu-

ramos o factor segurança, que a par da qualidade, é primordial na Ilegal. As pessoas têm algo diferente e andam seguras na estrada”, acrescenta.

O projecto “Ilegal”, apresentado no dia 14 em Bragança, foi o vencedor dos 19 projectos a concurso nacional Poliempreende, no âmbito do projeto PIN – Polientrepreneurship Innovation Network, avaliados por um júri composto por representantes do PIN/Poliempreende, Grupo Delta Cafés, IAPMEI, ANI e Startup Portugal.

“Fiquei admirado mas no fundo esta vitória foi o prémio do esforço que temos vindo a desenvolver há dois anos. Agora, vamos passar a ser uma Start Up do IPS. O nosso projecto vai para a incubadora, vai seguir todos os passos de uma empresa com estas características”, explica, adiantando que a marca “Ilegal” já se encontra registada e actualmente o projec-



## ILEGAL

to se encontra numa fase de montagem do primeiro modelo para circulação em estrada, que deverá estar pronto até ao final deste ano. Depois, planeia-se a entrada no mercado, com a presença em vários eventos, para “tentar marcar a diferença”, primeiro a nível nacional e depois a nível internacional.

### Sempre com ligação ao IPS

Amante das motas há muitos anos, António Mendes viu no seu projecto final do curso de Engenharia Mecânica ramo Produção no IPS uma forma de terminar com a lacuna que existe em Portugal respeitante à dificuldade em legalizar motas transformadas, tendo como orienta-

dor de projecto o professor Aníbal Valido, contando também com o apoio do professor Ricardo Cláudio. A nível da criação da empresa para o concurso Poliempreende contou com o apoio do professor Fernando Valente e de Sandra Pinto, da Unidade de Apoio à Inovação, Investigação e Desenvolvimento e Empreendedorismo do IPS. “A Ilegal quer ser diferente no sentido de dar aquilo que mais ninguém tem em Portugal e é fundamental neste tipo de projectos que nós estejamos acompanhados por entidades onde existe conhecimento e garantias, de forma a podermos garantir qualidade e segurança dos nossos clientes. O fundamental

de qualquer marca é ganhar a segurança e a confiança do consumidor e isso só se consegue se tiver qualidade”, explica o vencedor do Poliempreende, com a marca Ilegal, que pretende ir além da construção de quadros de motocicletas, com roupas e merchandising: “o nome é rebelde, tem empatia com o público e o nosso branding vai muito por aí”.

Importa ainda referir que graças a um investimento de 1,1 milhões de euros, realizado com ajuda de fundos europeus, o projeto Polientrepreneurship Innovation Network quer abrir portas aos alunos do Ensino Politécnico e ajudar dezenas de ideias a transformarem-se em empresas, como acontece agora com a marca “Ilegal”.

## Veículos eléctricos mais presentes nas estradas de norte a sul

A Rede de Mobilidade Eléctrica (MOBI.E) entrou em nova fase, com o início do pagamento nos Postos de Carregamento Rápido (PCR), em implementação neste momento, após a MOBI.E ter anunciado em comunicado que “tomou conhecimento de que muitos utilizadores pretendiam ter mais tempo para avaliar a adesão a um registo de Comercialização de Eletricidade para a Mobilidade Eléctrica (CEME), sobretudo neste período estival em que muitos portugueses estão de férias”. Também os CEME manifestaram a vantagem de dispor de mais tempo para melhorarem as condições de acesso e as opções tarifárias que pretendem oferecer aos utilizadores.

No âmbito desta nova fase, os Utilizadores de Veículos Eléctricos (UVE) devem estabelecer acordo

comercial com um operador detentor de registo de CEME. No caso de Setúbal a EDP MOP, com 8 postos presentes por toda a cidade, desde o centro, na Av. Luísa Todi ao Faralhão, na Estrada de S. Ovídio.

Entretanto desde agosto decorre o alargamento da rede de carregamento de veículos eléctricos para 100 postos. Assim como a última fase da expansão da rede, de modo a abranger todos os municípios de norte a sul do país.

Uma rede que, nos últimos 7 anos registou um consumo de energia de 2 768 054 kwh, com 368 355 carregamentos efectuados em 570 postos utilizados por todo o país. E, a missão que preocupa a sociedade contemporânea: 1 831 760 kg de CO2 poupado.

**Preservação ambiental com energias alternati-**

### vas é missão principal

José Maia, professor do Instituto Politécnico de Setúbal referiu à Revista de Veículos Eléctricos que, a história destes iniciou-se no século XIX, “tendo começado a ser comercializados na última década deste século”. O interesse ressurgiu no mercado “em função das crises petrolíferas e da preocupação com os problemas ambientais”. E que, o agravamento das alterações climáticas e a consciencialização mundial para a necessidade urgente da redução da utilização dos combustíveis fósseis, conduziu a um forte desenvolvimento destes veículos e respetivos equipamentos nos últimos anos. Algo que, reduziu “significativamente o seu preço”. Uma tendência que prevê “continuar a verificar-se”.

Ana Martins Ventura



[ NISA MARTINS ]